

Universidade Federal de Pelotas
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia e Arqueologia
Curso de Bacharelado em Antropologia
Linha de Formação em Arqueologia



UMA BREVE HISTÓRIA DA ETNOARQUEOLOGIA

Maria Madalena Evangelista

Orientador: Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira

Pelotas – 2018.

Universidade Federal de Pelotas
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia e Arqueologia
Curso de Bacharelado em Antropologia
Linha de Formação em Arqueologia

Uma breve história da Etnoarqueologia

Maria Madalena Evangelista

Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Antropologia, Linha de Formação em Arqueologia, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, realizado sob orientação do Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira.

E92b Evangelista, Maria Madalena Borges

Uma breve história da etnoarqueologia / Maria Madalena Borges Evangelista ; Jorge Eremites de oliveira, orientador.

— Pelotas, 2018.
20 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia - Antropologia Social e Cultural ou Arqueologia)

— Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Etnoarqueologia. I. oliveira, Jorge Eremites de, orient.

II. Título.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Autor

Maria Madalena Borges Evangelista

Título : subtítulo, se houver

Uma Breve História da Etnoarqueologia

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do grau de Bacharel ou Licenciatura em Antropologia linha de formação em Arqueologia..... ou Especialista em, Faculdade Universidade Federal de Pelotas..... ou Instituto, Universidade Federal de Pelotas.Data da Defesa:

28 de Setembro de 2018

Banca

examinadora:

.....

Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira.....(Orientador)

Doutor em

..... pela Universidade

..... Prof.

Dr. Claudio Carle

Doutor em pela Universidade

..... Prof.

Dr. Rafael Corteletti

Doutor em pela Universidade

RESUMO

Neste trabalho, é apresentada uma breve história da etnoarqueologia no Brasil. O tema é situado no contexto da etnoarqueologia mundial, trata especificamente, de uma síntese da história do pensamento etnoarqueológico. Com ênfase na constituição de uma etnoarqueologia brasileira.

Nesta linha de raciocínio, vale registrar que embora o termo etnoarqueologia, do inglês “ethnoarchaeology”, tenha sido registrado em publicações desde o início do século XX nos Estados Unidos, sabe-se que foi nas décadas de 1960 e 1970 e sob a influência do arqueólogo Lewis Binford, que foi institucionalizado como subcampo ou especialidade da Arqueologia. (Politis, 2002; F. Silva, 2009).

É portanto um subcampo da arqueologia caracterizado pela presença do trabalho etnográfico e pela convivência do pesquisador com as pessoas e coisas num contexto vivo. (Politis, 2002, F. Silva 2009 ; Eremites de Oliveira; 2002, 2015a 2015b).

Na América do Sul vários arqueólogos começaram a desenvolver projetos de longo alcance, a maioria sobre comunidades indígenas embora alguns sejam sobre quilombolas.

ABSTRACT

Is presented in this work a brief history of the ethnoarchaeology in Brazil. The theme is situated in the world's ethnoarchaeology context and specifically deals with a synthesis of the history of ethnoarchaeological thinking, with emphasis in the Brazilian ethnoarchaeology.

In this train of thought, it's important to register that, although the term ethnoarchaeology has been registered since the beginning of XX century in the USA, is known that it was in the decades of 1960 e 1970 and under the influence of the archaeologist Lewis Binford that ethnoarchaeology was institutionalized as an Archaeology's subfield or specialty. (Politis, 2002; F. Silva, 2009).

It's, therefore, a subfield of Archaeology characterized by the presence of ethnographic work and also by the cohabitation of the researcher with people and things inside a living context (Politis; 2002, F. Silva 2009 ; Eremites de Oliveira; 2002, 2015a 2015b).

In South America, several archaeologists started to develop long-range projects, most of them about indigenous communities although some of them are about quilombolas

Sumário

1.Introdução.....	08
2.Conceituando Etnoarqueologia.....	10
3.Etnoarqueologia no contexto da Nova Arqueologia.....	13
4.Etnoarqueologia no contexto da Arqueologia pós-processual.....	15
5. Arqueologia na América latina.....	17
6.Conclusão.....	20
7. Referências Bibliográficas.....	21

INTRODUÇÃO

Neste trabalho é apresentada uma breve história da etnoarqueologia no cenário internacional e nacional. O tema é situado no contexto da etnoarqueologia mundial e o estudo foi elaborado com o propósito de contribuir para o que Trigger (2004) chama de “história do pensamento arqueológico”. Trata-se, especificamente, de uma síntese da história do pensamento etnoarqueológico, com ênfase na constituição de uma etnoarqueologia no cenário anglo-saxônico e, a partir daí, de uma etnoarqueologia latino-americana e brasileira.

Para este propósito, realizou-se pesquisa bibliográfica na Internet, a rede mundial de computadores: artigos, livros, capítulos de livro, dissertações de mestrado, teses de doutorado etc. Cada obra levantada foi analisada e situada em seu tempo, isto é, no contexto dos estudos e tendências teórico-metodológicas verificadas no campo da arqueologia no Brasil e em outras partes do mundo.

Nesta linha de raciocínio, vale registrar que o termo etnoarqueologia, do inglês *ethnoarchaeology*, tem sido registrado em publicações desde o início do século XX nos Estados Unidos. Contudo, sabe-se que foi no âmbito do movimento conhecido como Nova Arqueologia (*New Archaeology*) ou Arqueologia Processual, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970 e sob influências de Lewis R. Binford e outras pessoas, que foi institucionalizado como subcampo ou especialidade da arqueologia (DAVID, 2002; POLITIS, 2002; GONZÁLEZ RUIBAL, 2003, 2009; F. SILVA, 2009).

Desde o terceiro quartel do século XX, a abordagem etnoarqueológica tem sido marcada pelo uso de analogias diretas e indiretas, isto é, por meio de comparações entre o presente etnográfico ou histórico (dinâmico) e o passado arqueológico (estático), com vistas a compreender o registro arqueológico (ver, p. ex., ALMEIDA, 2012; MATTOS, 2015). Analogias desse tipo pressupõem a aplicação do método comparativo e, no contexto da Nova Arqueologia, ficaram conhecidas sob a denominação de teoria de alcance médio. Gradualmente, especialmente a partir da

década de 1980, no âmbito do movimento da Arqueologia Pós-Processual, sob influências de Ian Hodder e outros

nomes, as pesquisas etnoarqueológicas tornaram mais plurais e incorporaram outras perspectivas nos estudos sobre a cultura material, como a dimensão histórica atingida por meio da etno-história (HODDER, 1994). Incorporaram ainda outras possibilidades de pesquisa, as quais situam-se no que o referido autor chama de “arqueologias alternativas”.

Tanto o processualismo como o pós-processualismo tiveram repercussões em vários países da América Latina, como a Argentina e o Chile, ainda que as perspectivas pós-coloniais abrangidas pela arqueologia pós-processual também a aproxima da própria arqueologia social latino-americana, como verificado no Peru e México (ver ALCINA FRANCH, 2008).

No caso do Brasil, as pesquisas realizadas desde as décadas de 1970 1980 estiveram marcadas, para mais ou para menos, por influências da Arqueologia Processual e da Arqueologia Pós-Processual. Destacam-se por certas peculiaridades ligadas aos estudos de povos indígenas e comunidades quilombolas e têm sido feitas com base etnográfica, seja por meio de pesquisas bibliográficas e documentais, seja, ainda, através da produção *in loco* de uma etnografia voltada à materialidade das relações sociais no tempo e espaço. Distinguem-se, desde então, de outras práticas etnoarqueológicas pela proposta de produzir histórias indígenas na *longa duração* e por estarem voltada à defesa dos direitos dos coletivos com os quais são realizados os estudos. Esta particularidade está ligada à ideia de projeto de nação (*Nation Building*) e se distancia da ideia de projeto de Estado (*State Building*) que marca a institucionalização do campo da Arqueologia em nível mundial (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003, 2015a, 2015b, 2017).

Em linhas gerais, espera-se, portanto, que o presente estudo sirva como uma pequena síntese introdutória para compreender a etnoarqueologia mundial e latino-americana, onde está situada a brasileira.

CONCEITUANDO A ETNOARQUEOLOGIA

A etnoarqueologia é uma especialidade ou subcampo da arqueologia. Está voltada ao estudo de povos e comunidades não-ocidentais, especialmente indígenas, e às vezes tem sido chamada ou confundida com etnografia arqueológica ou arqueologia etnográfica (POLITIS, 2002; F. SILVA, 2009; EREMITES DE OLIVEIRA, 2015a, 2015b).

Mantém profícuas relações interdisciplinares com campos afins, como a antropologia social e a história, dentre outros. Em linhas gerais, pode ser entendida como uma especialidade da arqueologia, pois a prática etnográfica ligada à etnoarqueologia está voltada para a resolução de problemas relativos ao campo da arqueologia e requer certa formação ou especialização na área. Sem conhecimento arqueológico, portanto, não há como existir prática etnoarqueológica.

F. Silva (2009) destaca que a etnoarqueologia não deve ser entendida como sinônimo de analogia, como às vezes é confundida, mas como um subcampo investigativo que busca trazer referências etnográficas como subsídio às interpretações arqueológicas sobre o passado. Segundo a autora, pode ser entendida como uma arqueologia do tempo presente.

A etnoarqueologia estuda sociedades contemporâneas não-ocidentais para testar hipóteses, formular modalidades interpretativas e teorizações sobre pessoas e o mundo material. Trabalha, portanto, com sociedades atuais, contemporâneas, ou com sociedades conhecidas historicamente. Muitas vezes assim o faz para responder a problemas de interesse arqueológico. Por isso, busca dados que possibilitam a construção de modelos e a proposição de hipóteses e inferências interculturais sobre a relação do comportamento humano (F. SILVA, 2002).

Dessa maneira, a etnoarqueologia, enquanto subcampo da arqueologia, foi institucionalizada a partir do movimento da Nova Arqueologia ou Arqueologia Processual. Para arqueólogos processualistas, o objetivo maior da arqueologia seria, à luz de certo positivismo, contribuir para o conhecimento de leis gerais sobre o comportamento humano. Neste contexto, a etnoarqueologia foi demasiadamente

influenciada pela chamada teoria de alcance médio, que consiste em utilizar do método comparativo para a produção de analogias entre o presente etnográfico dinâmico e o passado arqueológico estático (JOHNSON, 2000; GAMBLE, 2011).

Na realidade, a etnoarqueologia, percebida como disciplina que possui identidade própria, surge no âmbito a Nova Arqueologia americana, nos anos 1960 e 1970, principalmente nos Estados Unidos e de lá foi difundida a outros países. Lewis R. Binford é seu principal representante no âmbito da arqueologia norte-americana. Preocupado com a analogia etnográfica, via teoria de médio alcance, o autor produziu estudos etnoarqueológicos sobre os Nunamiut e, partir desta experiência, produziu estudos sobre temas dos mais variados ligados ao que se convencionou chamar de “arqueologia pré-histórica” (BINFORD, 1988, 2007a, 2007b, 2007c). No caso das Américas, o termo “pré-histórica” torna-se cada vez mais anacrônico por se tratar, diretamente, da arqueologia indígena pré-colonial (EREMITES DE OLIVEIRA, 2017). A Nova Arqueologia pretendia adotar técnicas, métodos e teorias das ciências naturais, os únicos que, como assim entendiam alguns de seus representantes, poderiam assegurar objetividade e cientificidade ao conhecimento arqueológico.

Sabe-se que a antropologia norte-americana teria sido a primeira, no contexto do mundo anglo-saxônico, a relacionar evidências arqueológicas ao comportamento etnográfico dada a relação direta entre os restos arqueológicos escavados e os sucessores vivos dos coletivos indígenas que os haviam produzido. Por razões desta natureza, a palavra etnoarqueologia teria sido utilizada pela primeira vez na década de 1900 por Jesse W. Fewkes, quem recorreu à palavra para se referir-se a sua intenção de identificar antigas evidências arqueológicas Hopi e associá-las aos atuais índios Hopi (POLITIS, 2002). Portanto, em fins do século XIX e meados do XX, o termo etnoarqueologia surge nos Estados Unidos como *ethnoarchaeology*. Em um primeiro momento, foi aplicado para o estudo de povos indígenas das Américas, chamados por alguns autores “ameríndios”, e, depois, às sociedades ou coletivos não-ocidentais ou tribais. Nasce também de a necessidade dos arqueólogos irem a campo e produzirem etnografias junto a diversas populações nativas, como verificado na região andina (POLITIS, 2002; F. SILVA, 2009; EREMITES DE OLIVEIRA, 2015a, 2015b, 2017).

Desde o começo do século XX, portanto, a etnoarqueologia tem sido percebida como o estudo da cultura material dos povos vivos, realizado a partir de uma perspectiva

arqueológica. Isso porque a antropologia social, especialmente a etnologia indígena, muitas vezes tem negado sistematicamente a cultura material como parte essencial de definição de cada cultura. Por este motivo, desenvolveu-se, desde então, uma prática etnoarqueológica que ao mesmo tempo é processo, com procedimentos metodológicos próprios e plurais, e produto, visto como resultado das pesquisas, tal qual como verificado na etnografia.

Enquanto alguns estudos se referem ao trabalho de campo do arqueólogo e do etnógrafo em sociedades vivas como algo distinto, a etnoarqueologia se refere a um marco geral mais amplo de comparação entre pautas etnográficas e arqueológicas. Pode basear-se em fontes históricas em geral e, ainda, em resultados experimentais de trabalhos de campo, voltados a uma arqueologia viva. É, portanto, um subcampo da arqueologia caracterizado pela presença do trabalho etnográfico e pela convivência do pesquisador com pessoas e coisas num contexto vivo no tempo presente (POLITIS, 2002; F. SILVA, 2009; EREMITES DE OLIVEIRA, 2003, 2015a, 2015b, 2017).

A partir do movimento da Nova Arqueologia ou Arqueologia Processual, pensada a partir do paradigma de uma arqueologia ligada aos quatro campos da antropologia geral nos Estados Unidos (antropologia social ou cultural ou sociocultural, arqueologia, antropologia biológica ou bioantropologia e linguística antropológica), o subcampo da etnoarqueologia se consolidou e com o tempo tornou-se plural em vários países, incluindo o Brasil.

ETNOARQUEOLOGIA NO CONTEXTO DA NOVA ARQUEOLOGIA

Como já explicado, desde o começo dos anos 1960 houve o surgimento de movimentos intelectuais no âmbito a arqueologia mundial, sobretudo após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), representados por diversas correntes de pensamento. Exemplo disso é posição inicial da arqueologia processual, representada pelos primeiros trabalhos de Binford (2007a [1962]), como o clássico *Archaeology as Anthropology*, dentre outros autores, nos quais indivíduos aparecem como que determinados por regras universais sobre a mudança cultural, do mais simples ao mais complexo. Os autores procuram saber o que os indivíduos fariam se os fatores não variassem; pensavam como a falta de um processo carregado de significados, minimizava a capacidade do indivíduo de gerar uma troca e criar sua própria cultura, como um processo social ativo.

Binford pensa as mudanças socioculturais nas sociedades humanas, registradas no tempo e espaço, a partir da ecologia cultural e do neoevolucionismo. Por isso, mantém o foco de muitas de suas análises na ideia de cultura como um todo extrassomático, isto é, como uma equação entre tecnologia energia. Estava interessado em saber quais eram as relações entre os humanos e o meio ambiente em termos adaptativos. Estimulou que arqueólogos fossem a campo para a realização de estudos juntos a sociedades tribais (indígenas, aborígenes, nativas etc.), o que resultou no surgimento da própria etnoarqueologia.

A escola de binfordiana, por assim dizer, defendia a Nova Arqueologia como um conjunto de paradigmas e uma possibilidade científica de resolver questões que permaneciam confusas no que se refere à evolução cultural. A partir desse movimento intelectual, trouxe uma série de ideias de processo sociocultural, como a recombinação do sujeito com a natureza, estruturação das sociedades em termos socioeconômicos etc.

A Nova Arqueologia foi responsável pelo questionamento de muitos conceitos tradicionais na arqueologia histórico-cultural ou arqueologia história cultural da época,

como as origens da agricultura associada à escassez de alimentos, mudanças climáticas, desenvolvimento tecnológico, pressão demográfica etc. Era preciso produzir alimentos para haver processamento de recursos e energia, o que conseqüentemente estaria ligado ao desenvolvimento de novas tecnologias. Refletia certa visão capitalista sobre o passado humano, privilegiando uma interpretação materialista pouco preocupada com as diversidades culturais (ver FUNARI, HALL e JONES, 1999).

Em síntese, a contribuição da arqueologia processual à teoria arqueológica se baseou na concepção adaptativa da cultura e na aplicação da teoria de sistemas, teoria de intercâmbio de informações e muitas outras teorias gerais. Muitas dessas ideias estavam presentes de uma forma ou de outra em correntes arqueológicas anteriores, mas não chegaram a fazer parte de um movimento intelectual que marca profundamente a história da arqueologia indígena nas Américas e em outras partes do mundo.

ETNOARQUEOLOGIA NO CONTEXTO DA ARQUEOLOGIA PÓS-PROCESSUAL

No final dos anos 1970 e por todos os anos 1980, sob influência de ideias pós-culturais e pós-coloniais, movimentos étnicos e sociais, feminismo etc., começaram a surgir outros movimentos intelectuais que criticavam a Nova Arqueologia (LANATA, 2004). Surgiram, por exemplo, movimentos feministas e indígenas que se aliaram a um movimento intelectual que se opôs à arqueologia processual, chamado de Arqueologia Pós-Processual, sob a liderança internacional de Ian Hodder e outras pessoas.

A arqueologia pós-processual, ou contextual como foi chamada inicialmente, introduziu de forma explícita a dimensão política na disciplina a sua importância na luta de povos tradicionais pelo seu próprio passado e seus direitos (FUNARI, HALL e JONES, 1999).

Ian Hodder (1994) explica que por arqueologia pós-processual entende um conjunto de perspectivas teóricas e epistemológicas baseado em uma crítica a arqueologia processual. Esta posição pode ser descrita cruamente como interpretativa e auto reflexivas, em oposição a ênfase da arqueologia processual na ciência e no objetivo positivista de descobrir leis gerais sobre o comportamento humano. Portanto, o termo “pós” neste movimento intelectual foi acrescentado diante da necessidade de ser incluída uma diversidade de visões que marcam este campo do conhecimento após o processualismo. Nenhuma perspectiva única e unificada importa sobre a disciplina, explica o referido autor.

Na década de 1990, sob influência do pós-processualismo e suas ideias sobre processos históricos e sujeitos, vários movimentos eclodiram na arqueologia e isso reverberou na etnoarqueologia: se na etnoarqueologia processual há uma ideia observação não participante, na etnoarqueologia pós-processual passou a ser defendida uma observação participante tal qual como feita na antropologia social.

O fato da nova arqueologia também se valer de um aparato teórico derivado do funcionalismo da antropologia cultural norte-americana, retomado posteriormente pela arqueologia pós-processual, a etnoarqueologia culmina por reforçar o conceito de que

a arqueologia é o estudo da materialidade no passado. Ocorre que a definição do objeto de estudo do campo da arqueologia já delimita a temporalidade de atuação do cientista (SILVA, 2000, 2009; S. SILVA, 2001). Nas palavras de Norman Yoffee:

Nós também somos pós-processualistas, no sentido de que não vemos a ideologia como um epifenômeno, nós examinamos papéis da mulher e do gênero no passado e estudamos preocupados com a representação do passado de outros povos, criptocolonialista especialmente em museus e na indústria turística (YOFFEE, 1995, p.109-110).

Ciente da complexidade das relações sociais no tempo e espaço, o movimento pós-processual partiu para o estudo da dinâmica interna das sociedades humanas, das relações de poder e dos conflitos de classes e de gênero dentro de contextos históricos específicos. Esta situação também é verificada na chamada arqueologia histórica.

Além disso, a arqueologia pós-processual incorpora o estruturalismo e o marxismo nos estudos arqueológicos e mantém o foco da análise nos indivíduos. Constitui uma ruptura com a arqueologia processual porque abriu caminho para estudos sobre a relação entre normas e indivíduos, processo e a estrutura, ideal e material e objeto e sujeito, motivo pelo qual se apresenta como um movimento *pós* ao *após*- processualismo (HODDER, 1988).

Em resumo, a arqueologia pós-processual atualiza a arqueologia em relação a mudanças de nuance verificadas nas ciências humanas e sociais em nível mundial e aproxima este campo do conhecimento de sujeitos e coletivos até então distantes da arqueologia. Por conseguinte, suas influências são sentidas no subcampo da etnoarqueologia, especialmente no que se refere ao estabelecimento de outras formas de relação com os coletivos estudados e da inclusão de uma dimensão etno-histórica a esta especialidade, como o próprio Hodder fez em Baringo, no Quênia, África.

ETNOARQUEOLOGIA NA AMÉRICA LATINA

O desencadeamento das chamadas arqueologias alternativas significou mudanças no modo de se fazer arqueologia em várias partes do mundo, onde ideias de colaboração, multivocalidade, flexibilidade e outras são entendidas como componentes fundamentais da prática arqueológica: desde a concepção dos projetos de pesquisa até a construção do conhecimento e a divulgação dos estudos. As arqueologias indígenas, por exemplo, nas mais variadas expressões, integram estas novas formas de se fazer arqueologia e são preconizadas como abordagens críticas e alternativas à tradição arraigada em práticas arqueológicas colonialistas. Essas práticas ainda são conduzidas junto às populações consideradas nativas ou tradicionais, as quais estão atentas às complexas interrelações sociais, culturais, políticas, econômicas e ideológicas que existem entre sujeitos e bens arqueológicos (F. SILVA, 2012).

As arqueologias alternativas, como a indígena, foram entendidas como práticas em que o objetivo da pesquisa está direcionado para a produção de conhecimento com, para e pelos indígenas e não apenas sobre eles (ATALAY, 2008 *apud* F. SILVA, 2012). Neste contexto, considera-se a colaboração e o diálogo efetivo com as populações indígenas para alcançar engajamento político e interação plena durante todo o processo de construção, produção e divulgação do conhecimento arqueológico. O desenvolvimento de questões e agendas de pesquisas tendem a beneficiar e serem aprovadas pelas populações indígenas, inclusive com a combinação de métodos indígenas com abordagens científicas e o reconhecimento das conexões que estes povos fazem entre o passado o presente e o futuro (F. SILVA, 2012).

A pluralização de pesquisas etnoarqueológicas e arqueológicas emerge da diversidade de práticas locais que precisam ser transformadas e adaptadas, contextual e situacionalmente, considerando que são múltiplas as razões e percepções para investigar, registrar e preservar os testemunhos arqueológicos. Vários trabalhos e pesquisas que passam a ser publicados mostram, pois, as variações das arqueologias indígenas, descrevem e analisam diferentes iniciativas e projetos colaborativos,

evidenciam os desafios enfrentados em prol da diversidade de percepção sobre as práticas e o patrimônio arqueológico etc.

Na América Latina, os projetos de arqueologia alternativa são desenvolvidos em parceria com povos indígenas, sob a forma de colaboração e participação, incluindo os trabalhos desenvolvidos por etnoarqueólogos em comunidades nativas. No caso, a tradição oral e a memória fazem parte da interpretação dos registros arqueológicos como testemunho da presença dos ancestrais e personagens míticos que compõem a cosmologia. Sobre o assunto, assim dizem F. Silva e Gomes Garcia para o contexto dos Asurini que vivem no estado do Pará:

Em diferentes contextos, foi observado que os povos indígenas conectam os vestígios materiais e os lugares às narrativas sobre o seu passado histórico e mítico. É a tradição oral e a memória que embasam essas narrativas, tornando-as significativas nos processos de construção de identidades e pertencimento aos lugares (F. SILVA e GOMES GARCIA, 2015, p.95).

O cenário latino-americano, profundamente marcado por assimetrias entre populações indígenas e sociedades nacionais de matriz euroamericana, suscita a promoção e legitimação de estudos que valorizam as diversidades socioculturais e se aproximam da defesa dos direitos humanos. Esta particularidade é especialmente observada nas situações históricas vivenciadas por diferentes povos indígenas, marcadas por assimetrias e tentativas de dominação e exploração. Marca encontros e desencontros entre a ordem do capital e as reivindicações de comunidades locais por direitos territoriais e outros. Ocorre que o sistema capitalista, ainda que periférico, é caracterizado pelo individualismo, pela exploração do meio ambiente e pela propriedade privada que avança em sobre terras ancestrais.

Consciente ou não desta situação, a desatenção em relação às situações históricas dos povos indígenas causa um efeito de alienação política dos arqueólogos latino-americanos que não observam esta realidade ou que a percebem meramente sob o prisma da aculturação e assimilação. Esta ponderação é importante porque o passado está diretamente relacionado a quem somos como povo ou sociedade nacional e o conhecimento produzido sobre o Outro é necessário para a (des) construção histórica do passado, presente e futuro (SCHIAVETTO, 2005). Dessa maneira, a arqueologia como campo do conhecimento científico não tem somente papel na investigação efetiva da história de nossa sociedade nacional, mas também o potencial para empoderar a massa

empobrecida da sociedade, incluindo os indígenas. Quando isso é feito sob a ótica de um projeto de nação, mudanças de nuance são imprescindíveis à etnoarqueologia. Sobre o assunto, assim diz Eremites de Oliveira a partir de suas experiências de produzir laudos administrativos e judiciais sobre terras indígenas no Brasil:

No caso brasileiro, a Etnoarqueologia aqui praticada tem a característica de não ignorar processos sócio-históricos ligados aos contatos interétnicos e às mudanças socioculturais deles decorrentes. Por esse motivo, não é raro encontrar pesquisas etnoarqueológicas sintonizadas com a reivindicação de direitos dos grupos com os quais os arqueólogos trabalham. Por vezes isso ocorre na tentativa de estudar uma história indígena total e de longa duração no sentido *lato sensu* (...). Uma história desse tipo inicia milênios antes da chegada dos conquistadores europeus às Américas, e vem até o tempo presente. Esta situação chama a atenção para o diálogo que muitos etnoarqueólogos mantêm com o campo da História e pelo fato de estarem próximos da Antropologia Brasileira e, conseqüentemente, da ideia de *nation building*. Esta particularidade é algo difícil de ser compreendido por certos colegas, principalmente quando buscam classificar tendências e perspectivas em desconsideração à história da Antropologia no país e suas idiosincrasias (...). Esta observação leva em conta o fato de muitos etnoarqueólogos brasileiros serem, ao mesmo tempo, arqueólogos e antropólogos sociais, e ainda dialogarem com historiadores e profissionais de áreas afins (EREMITES DE OLIVEIRA, 2015, p.236-237).

A etnoarqueologia, enquanto subcampo ou especialidade da arqueologia e ligado à antropologia geral, começou na América do Sul quase que ao mesmo tempo que no resto do mundo. Inicialmente foi realizada por estrangeiros, como verificado nas contribuições do etnólogo alemão Max Schmidt (1942a, 1942c, 1942c, 1951), quem durante a primeira década do século XX realizou estudos de interesse à etnoarqueologia junto aos índios Guató, na região do Pantanal (SOUZA, 1991; PROUS, 1992; REMITES DE OLIVEIRA, 1996, 2003). Nos anos 1970, os primeiros estudos acadêmicos sistemáticos foram realizados no Brasil. Destacam-se as contribuições de Irmhild Wüst (1983/1944, 1989, 1990, 1992, 1994, 1998, 1999), que se baseou nos princípios da analogia para compreender a trajetória dos Bororo no vale do rio Vermelho, em Mato Grosso. Também merecem destaque os estudos de Tom O. Miller Jr. (1979 e outros) que realizou importantes observações sobre indústria lítica entre os Xetá no estado do Paraná (SOUZA, 1991, PROUS, 1992; FUNARI, 1994, 2013; POLANI, 2009).

Do final dos anos de 1980 em diante, multiplicaram-se os temas e os interesses pela etnoarqueologia na América do Sul. Vários etnoarqueólogos sul-americanos começaram a desenvolver projetos de longo alcance, a maioria sobre comunidades

indígenas, embora alguns sejam sobre quilombolas. Muitos estudos estiveram fundados em diálogo com campos afins, como a antropologia, educação, história e sociologia.

No caso específico da Arqueologia Brasileira, não são poucos os trabalhos que além de apresentarem uma revisão crítica acerca de determinados temas abordaram os contextos históricos em que as pesquisas foram desenvolvidas, uma avaliação histórica e historiográfica. No entanto, ainda são relativamente poucos, embora crescentes, os estudos voltados para a etnoarqueologia, arqueologia indígena, arqueologia colaborativa e arqueologia pública nesta parte da América do Sul (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003, 2017).

CONCLUSÃO

O termo etnoarqueologia, do inglês *ethnoarchaeology*, surge grafado desta maneira em publicações do começo do século XX, no âmbito da arqueologia praticada nos Estados Unidos. De lá até os anos 1950, embora tenham sido registrados estudos que podem ser considerados etnoarqueológicos, sabe-se que somente com o movimento da Nova Arqueologia este tipo de trabalho foi institucionalizado como especialidade ou subcampo da arqueologia.

Nos anos 1970 e 1980, o movimento da Arqueologia Pós-Processual contribuiu substancialmente para a pluralização das tradições arqueológicas, o que também influenciou a etnoarqueologia. A partir deste momento, pesquisas etnoarqueológicas começaram a ser realizadas com certa frequência na América Latina.

No caso do Brasil, pesquisas consideradas etnoarqueológicas passaram a ser realizadas ao mesmo tempo que na arqueologia mundial, embora somente mais recentemente, com o advento do surgimento de novos cursos de graduação e programas de pós-graduação, estudos etnoarqueológicos foram impulsionados no país. A maior diferença que existe entre a etnoarqueologia brasileira e outras praticadas em diversos países está, principalmente, numa arqueologia da ação voltada à ideia de projeto de nação. Soma-se a isso o profícuo diálogo com a antropologia e com a história, assumindo o caráter de uma história indígena de longa duração.

Por último, espera-se que este trabalho sirva para uma brevíssima história introdutória da etnoarqueologia nos cenários internacional e nacional, e que possa estimular novas pesquisas sobre o tema no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCINA FRANCH, José. 2008. **Arqueología Antropológica**. Madrid: Akal.
- ALMEIDA, Fábio G. de. 2012. **Arqueologia da resistência e etnoarqueologia no território Mandira, município de Cananéia/SP**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-20122012-140908/pt-br.php>>. Acesso em: 20 Out. 2017.
- BINFORD, Lewis R. 1988. **En busca del pasado. Descifrando el registro arqueológico**. Trad. de P. Gassul. Barcelona: Crítica.
- BINFORD, Lewis R. 2007a (1962). Arqueología como Antropología. In: ORQUERA, Luís A.; HORWITZ, Victoria D. (Org.). **Clásicos de Teoría Arqueológica Contemporánea**. Buenos Aires: Publicaciones de la Sociedad Argentina de Antropología, p.15-27.
- BINFORD, Lewis R. 2007b (1977). Hacia la construcción de teoría en Arqueología: introducción general. In: ORQUERA, Luís A.; HORWITZ, Victoria D. (Org.). **Clásicos de Teoría Arqueológica Contemporánea**. Buenos Aires: Publicaciones de la Sociedad Argentina de Antropología, p.29- 39.
- BINFORD, Lewis R. 2007c (1980). Humo de sauce y colas de perros: los sistemas de asentamientos de los cazadores-recolectores y la formación de los sitios arqueológicos. In: ORQUERA, Luís A.; HORWITZ, Victoria D. (Org.). **Clásicos de Teoría Arqueológica Contemporánea**. Buenos Aires: Publicaciones de la Sociedad Argentina de Antropología, p.439-464.
- DAVID, Nicholas. 2002. Teorizando a etnoarqueologia e a analogia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, 8 (18): 13-60. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v8n18/19055.pdf>>. Acesso em: 20 Out. 2017.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. 1996. **Guatú – argonautas do Pantanal**. Porto Alegre, Edipucrs.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. 2003. Da pré-história à história indígena: (re) pensando a Arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, 16: 71-86. Disponível em: <<http://www.revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/180>>. Acesso em: 20 Out. 2017.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. 2015a. (Re) aproximando os campos da Antropologia Social e da Arqueologia no Brasil: Etnoarqueologia em laudos antropológicos judiciais sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João; MURA, Fabio; BARBOSA DA SILVA, Alexandra (Org.). **Laudos antropológicos em perspectiva**. Brasília: ABA, p.234-261. Disponível em:

<https://www.academia.edu/23233561/João_Pacheco_de_Oliveira_et_al._Org._2015_-_Laudos_antropológicos_em_perspectiva>. Acesso em: 20 Out. 2017.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. 2015b. Arqueologia de contrato, colonialismo e povos indígenas no Brasil. **Amazônica**, Belém, 7 (2): 354-374. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/3451>>. Acesso em: 02 Jul. 2018.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. 2017. Revisitando uma discussão sobre arqueologia, identidade étnica e direitos territoriais dos povos indígenas no Brasil. In: CAMPOS, Juliano B.; RODRIGUES, Marian Helen da S. G.; FUNARI, Pedro Paulo A. (Org.). **A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direitos**. Criciúma: EdiUnesc, p.32-75.

FUNARI, Pedro Paulo A. 1994. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, Campinas, 1: 23-41. Disponível em <<http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%201%20-%20artigo%202.pdf>>. Acesso em: 02 Jun. 2018.

FUNARI, Pedro Paulo A. 2013. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. **Ciência e Cultura**, Campinas, 65 (2): 23-25. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v65n2/10.pdf>>. Acesso em: 02 Jul. 2018.

FUNARI, Pedro Paulo A.; JONES, Siân; HALL, Jonathan M. (Eds.). **Historical Archaeology. Back from the edge**. Londres: Routledge, 1999, p.1-20.

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo. 2003. **La experiencia del Otro: una introducción a la etnoarqueología**. Madrid: Akal.

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo. 2009. De la etnarqueología a la arqueología del presente. In: SALAZAR, Juan; GOMINGO, Inés; AZKÁRRAGA, José Maria; BONET, Helela (Coord.). **Mundos tribales: una visión etnoarqueológica**. València: Museu de Prehistòria de València, p.16-27. Disponível em: <http://www.museuprehistoriavalencia.es/web_mupreva_dedalo/publicaciones/309/fr>. Acesso em: 20 Out. 2017.

HODDER, Ian. 1994. **Interpretación en Arqueología: corrientes actuales**. Traducción de María José Aubet. Barcelona: Crítica.

GAMBLE, Clive. 2011. **Arqueología básica**. Traducción de Josep Ballart. Barcelona: Ariel.

JOHNSON, Matthew. 2000. **Teoría Arqueológica: una introducción**. Traducción de Josep Ballart. Barcelona: Ariel.

LANATA, José Luís et al. 2004. La reacción de la década de 1980 y la diversidad teórica postprocesual. In: AGUERE, Ana M.; LANATA, José Luís (Ed.). **Explorando algunos temas de Arqueología**. Buenos Aires: Gedisa Editorial/UBA, p.35-59. Disponível em: <http://fundamentosdearqueologia.homestead.com/files/05_Lanata_et_al.pdf>. Acesso em: 02 Jul. 2018.

POLITIS, Gustavo G. 2002. Acerca de la arqueología en América del Sur. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, 8 (18): 61-91. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v8n18/19056.pdf>>. Acesso em: 20 Out. 2017.

MATTOS, Gil Passos de. 2015. **“Junto com nossos amigos aonde tem churrasco e chimarrão eu sou gaúcho de coração”**: etnoarqueologia e memória do território da comunidade quilombola Fazenda Cachoeira em Piratini, Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Antropologia/Arqueologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. Disponível em: <<http://repositorio.ufpel.edu.br/handle/ri/2837>>. Acesso em: 20 Out. 2017.

MILLER JR., Tom O. 1979. Stonework of the Xetá Indians of Brazil. In: HAYDEN, B. (Ed.) **Lithic Use-Wear Analysis**. New York: Academic Press, p.401-407.

POLONI, Rita Juliana S. 2009. A etnoarqueologia no Brasil: ciência e sociedade no contexto da redemocratização. **Revista USP**, São Paulo, 87-102. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89878/92669>>. Acesso em: 20 Out. 2017.

PROUS, André. 1992. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UnB.

SCHMIDT, Max. 1942a. **Estudos de Etnologia Brasileira: peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901. Seus resultados etnológicos**. Trad. de C. B. Cannabrava. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

SCHMIDT, Max. 1942b. Resultados de mi tercera expedición a los Guatos efectuada en el año de 1928. **Revista de la Sociedad Científica del Paraguay**, Asunción, 5(6):41-75.

SCHMIDT, Max. 1942c. Resultados de minha expedição bienal a Mato-Grosso. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, 14-17:141-285.

SCHMIDT, Max. 1951. Anotaciones sobre las plantas de cultivo y los metodos de agricultura de los indígenas sudamericanos. **Revista do Museu Paulista** (Nova Série), São Paulo, 5: 239-252.

SCHIAVETTO, Solange N. de O. 2005. A questão étnica no discurso arqueológico: afirmação de uma identidade indígena minoritária ou inserção na identidade nacional. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; ORSER JR., Charles; SCHIAVETTO, Solange N. de O. **Identidade, discurso e poder: Estudos de Arqueologia contemporânea**. São Paulo: Annablume/FAPESP, p.77-90.

SILVA, Fabíola Andrea. 2000. **As Tecnologias e seus Significados. Um Estudo da Cerâmica dos Asuriní do Xingu e da Cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma Perspectiva Etnoarqueológica**. Tese (Doutorado em Antropologia/Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-03122013-165920/en.php>>. Acesso em: 20 Out. 2017.

SILVA, Fabíola Andréa. 2009. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, 8 (16): 121-139. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/954/671>>. Acesso em: 20 Out. 2017.

SILVA, Fabíola Andréa; BESPALÉZ, Eduardo; STUCHI, Francisco F. 2011. Arqueologia colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuatnemu, rio Xingu, Pará. **Amazônica**, Belém, 3 (1): 32-59. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/viewFile/629/864>>.

Acesso em: 20 Out. 2017.

SILVA, Fabíola Andréa; GOMES GARCIA, Lorena Luana W. 2015. Território e memória dos Asurini do Xingu: Arqueologia colaborativa na T.I. Kuatinemu, Pará. **Amazônica: Revista de Antropologia**, Belém, 7 (1): 74-99.

SILVA, Sérgio Baptista da. 2001. **Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-17122001-005542/>>. Acesso em: 20 Out. 2017.

SOUZA, Alfredo M. de. 1991. História da Arqueologia Brasileira. **Pesquisas** (Série Antropologia), São Leopoldo, 46:1-157.

TRIGGER, Bruce G. 2004. **História do pensamento arqueológico**. Tradução de Ordep T. Serra. São Paulo: Odysseus.

YOFFEE, Normann. 1995. Teoria social evolucionária e seus descontentes. Trad. de J. J. J. P. Brochado. In: KERN, Arno A. (Org.). **Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Porto Alegre: Edipucrs, 1:107-126.

WÜST, Irmhild. 1983/1984. A pesquisa etnoarqueológica entre os Bororo do Mato Grosso. **Arquivo do Museu de História Natural**, Belo Horizonte, 8-9:285-296.

WÜST, Irmhild. 1989. Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área nuclear Bororo entre os rios Vermelho e Garças, MT. **Dédalo**, Publicações Avulsas, São Paulo, 1:61-171.

WÜST, Irmhild. 1990. **Continuidade e mudança – para uma interpretação dos grupos ceramistas pré- coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

WÜST, Irmhild. 1992. Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil central: o caso Bororo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 2:13-26.

WÜST, Irmhild. 1994. The Eastern Bororo from an Archaeological Perspective. In ROOSEVELT, A. (Ed.). **Amazonia Indians from Prehistory to the Present: Anthropological Perspectives**. Tucson: The University of Arizona Press, p.315-352.

WÜST, Irmhild. 1998. Continuities and discontinuities: archaeology and ethnoarchaeology in the heart of the Eastern Bororo territory, Mato Grosso, Brazil. **Antiquity**, Cambridge, 72 (277): 663-675.

WÜST, Irmhild. 1999. Etnicidade e tradições ceramistas: algumas reflexões a partir de antigas aldeias Bororo do Mato Grosso. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 3: 303-317. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/revmaesupl/article/view/113475/111430>>. Acesso em: 20 out. 2017.